

CARTA ABERTA **dos pós-graduandos do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos**

em apoio à greve dos funcionários, estudantes e docentes das universidades estaduais paulistas e em defesa do ensino superior público, gratuito, democrático e de qualidade

Apresentação

Nas últimas semanas, as universidades estaduais paulistas ganharam as páginas de diversos meios de comunicação. O que tem sido amplamente divulgado é que as três universidades públicas do estado (USP, UNESP e UNICAMP) enfrentam uma grave crise orçamentária, decorrente da má administração de suas finanças. Diante de tal situação, não demorou muito para que setores conservadores da mídia passassem a defender a **privatização das estaduais paulistas**, como única saída para a suposta crise. Nós, pós-graduandos do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos (IAU), reunidos em Assembleia no dia 10 de junho, entendemos que a atual situação financeira e administrativa dessas universidades é decorrente de um processo histórico de privatização do ensino superior público e que, portanto, carece de uma compreensão mais rigorosa sobre seus principais efeitos e significados. Neste sentido, esta carta surge como um esforço coletivo de tentarmos fomentar e ampliar essa discussão, para dentro e fora das universidades.

Os problemas recorrentes na administração dos recursos da USP, UNICAMP e UNESP correspondem a um projeto de universidade que tem sido submetido uma estratégia política e financeira muito mais ampla, complexa e perversa. Orientado pela lógica do Banco Mundial, que rege o funcionamento das principais universidades internacionais ditas 'de ponta', esse projeto tem sido levado a cabo pelo PSDB, que há vinte anos detém o governo do estado de São Paulo. Seu objetivo principal é deslegitimar a educação superior enquanto um direito da população – e que, portanto, deveria ser regulamentado e garantido pelo Estado –, de modo a atender, com maior eficiência, às demandas e aos interesses das classes dominantes. Esse projeto fundamenta-se em, pelo menos, três eixos centrais:

- a)** O primeiro diz respeito à **redução dos gastos do Estado com o ensino superior público** – pois, de acordo com a ideologia chamada neoliberal, os serviços sociais (como saúde, transporte, educação, moradia) só funcionam, de fato, se forem financiados e regulamentados segundo as regras do mercado privado e do capital financeiro;
- b)** O segundo refere-se ao **modelo de organização e funcionamento das universidades públicas**. As características principais desse modelo podem ser observadas a partir: **i)** da hierarquia (e conseqüente ausência de democracia) presente

nas instâncias de deliberação; **ii)** da crescente submissão da produção científica aos interesses do mercado privado; **iii)** da falta de transparência nas movimentações financeiras dessas instituições de ensino; **iv)** e da terceirização de alguns setores importantes das universidades (como os serviços de segurança, limpeza e os restaurantes universitários);

c) Por último, o terceiro eixo está relacionado à **abertura das universidades públicas para o capital** (via parcerias público-privado, através das Fundações, por exemplo). Isso contribui tanto para subverter o caráter público e a função social das universidades estaduais, como para naturalizar a ideia de que a educação pode (e deve) ser tratada como mercadoria. Assim, o ensino tem sido destinado à formação de mão de obra; a pesquisa produzida tem sido direcionada aos interesses das empresas privadas; e os cursos de extensão oferecidos restringem-se, em sua maioria, apenas a quem pode pagar.

1. Expansão, financiamento e precarização

A irresponsabilidade do Estado com a educação superior pública no estado de São Paulo fica evidente com o fato de apenas 8% dos estudantes de ensino superior estar nas universidades públicas¹. Isso demonstra que o projeto de educação implementado pelos sucessivos governos estaduais prioriza o crescimento do ensino privado em detrimento do ensino público. Também corrobora com este cenário o fato de que, **desde 1995, as estaduais paulistas recebem a mesma quota-parte de 9,57% do Estado, referente à arrecadação anual do Imposto sobre Comércio de Mercadorias e Serviços (ICMS)**. Se considerarmos o período de 1995 a 2013, as três universidades passaram por um processo de expansão bastante significativo. Porém, até hoje não houve um projeto adequado de investimentos públicos que pudesse acompanhar essa expansão.

Na USP, o aumento dos cursos de graduação, nesse período, foi de 88,6%, o que provocou uma ampliação de 53,6% no número de vagas oferecidas. Na UNICAMP, a implantação de novos cursos representou um aumento de 52,3%, correspondendo a uma expansão de 66,8% no número de vagas. Seguindo o mesmo percurso, a UNESP teve um aumento de 52,5% nos seus cursos de graduação, ampliando em 72,4% o número de vagas. Conseqüentemente, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação também aumentou. Na USP, esse crescimento foi de 77,6%, enquanto que na UNICAMP e na UNESP o aumento foi de 99,8% e 81%, respectivamente. Já os cursos de pós-graduação cresceram, respectivamente, em 34,%, 48,2% e 47%¹.

A ampliação do número de vagas oferecidas pelas três universidades estaduais paulistas ocorreu simultaneamente à expansão dos campi universitários. Em 2005, a USP inaugurou, na zona leste da cidade de São Paulo, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Também fizeram

parte desse processo de expansão a incorporação da Faculdade de Engenharia Química, no campus de Lorena, e a implantação de novas faculdades no campus de Ribeirão Preto. Em 2009, a UNICAMP inaugurou a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) em Limeira e a UNESP, por sua vez, também criou oito novas unidades, distribuídas no interior de São Paulo. Para o campus de Lorena e a implantação da FCA, a contrapartida prometida pelo governo do estado de São Paulo foi o incremento no financiamento dessas universidades em 0,07% e 0,05%, respectivamente.

Esses recursos seriam destinados à contratação de novos professores e funcionários para os respectivos campi. No entanto, **esse acréscimo de 0,12%, que corresponderia em torno de R\$ 1 bilhão a mais para o orçamento das duas universidades, nunca aconteceu**². Essa sonegação de recursos teve um impacto direto na variação do quadro de docentes e funcionários da UNICAMP, por exemplo. Ao longo desses vinte e quatro anos, o número de docentes e funcionários da universidade sofreu uma redução de 13% e 9,3%, respectivamente. Na UNESP, o número de professores aumentou apenas 3,7%, enquanto que o número de funcionários reduziu 8,3%.

Na USP, ainda que as variações no quadro de docentes e funcionários tenham sido positivas (15,9% e 11,5%, respectivamente), esse aumento foi bastante tímido em relação à dinâmica de expansão da universidade nas duas últimas décadas³. Sobre esse aspecto, também vale destacar que não apenas a USP, mas a UNICAMP e a UNESP, têm terceirizado os funcionários dos serviços de segurança, limpeza e alimentação. Essa forma de contrato de trabalho, que deveria ser erradicada das universidades públicas, implica numa redução drástica de direitos trabalhistas e num rebaixamento das condições de trabalho. Ou seja, temos aqui um exemplo claro de precarização, decorrente da escassez de recursos públicos para a manutenção adequada dessas instituições e a garantia de direitos trabalhistas a todos os seus funcionários.

Esse processo de expansão desordenada das universidades estaduais paulistas segue uma lógica semelhante à do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado a partir de 2007, durante a segunda gestão do governo Lula. Ainda que apresente em sua fachada a democratização do ensino superior público, esse programa cristaliza a ideia de uma formação rápida, tecnicista, com baixos custos para o Estado e direcionada às demandas do mercado de trabalho. Se, por um lado, a expansão das estaduais paulistas pode contribuir para que um maior número de pessoas tenha acesso às universidades públicas, esse processo não pode ocorrer sem que façamos um amplo debate sobre o atual modelo de ingresso na universidade e o seu financiamento. Os vestibulares, da forma como têm sido elaborados, excluem da universidade pública os negros, indígenas e a maioria dos estudantes que frequentaram exclusivamente as escolas públicas, privilegiando aqueles que são oriundos da rede privada de escolas e cursinhos pré-vestibulares. A **universalização do ensino superior**

público, gratuito e de qualidade pressupõe, necessariamente, um aumento nos investimentos públicos em educação, de modo transparente e adequado. No entanto, essa reivindicação se concretizará a partir do momento em que o direito à educação for plenamente garantido a todas e todos, sem quaisquer distinções de cor, classe, etnia, crença, gênero e outros fatores que caracterizam a nossa diversidade humana.

No caso das estaduais paulistas, por exemplo, o aumento de recursos públicos não significaria ampliar os investimentos para resolver a crise orçamentária dessas instituições. Na verdade, essa medida serviria para reestruturarmos e redirecionarmos os projetos educacionais do estado de São Paulo, de modo a romper, definitivamente, com o seu caráter elitista. Além disso, não é de hoje que as entidades representativas de funcionários, docentes e estudantes, das três universidades, têm questionado a **falta de reajuste na quota-parte de 9,57% do ICMS do Estado, que há vinte e quatro anos é repassada para o financiamento dessas instituições.** Além de não haver um reajuste nesse repasse, um estudo recente realizado pela Associação dos Docentes da USP (ADUSP) aponta que, **no período de 2008 a 2013, as estaduais paulistas deixaram de receber um total de R\$ 2 bilhões do governo Alckmin.** De acordo com a ADUSP, esse montante seria proveniente de outras alíneas que compõem a arrecadação total do imposto e que são descontadas pelo governador antes da base de cálculo dos 9,57%. Diante desse fato, que tem sido recorrente, **só em 2013 foram sonegados R\$ 540,41 milhões da USP, UNESP e UNICAMP, o que representou uma perda de R\$ 220 milhões para USP⁴.**

Para piorar, no início deste ano, o atual reitor da Universidade de São Paulo, Marco Antonio Zago, anunciou um **cutte de 35 %⁵ com despesas e investimentos em ensino, pesquisa e extensão.** A justificativa para essa decisão esteve baseada no fato de que, atualmente, 105% do orçamento da instituição estão comprometidos com a folha de pagamento de seus servidores docentes e não docentes. O corte orçamentário aprovado por Zago, além de significar uma **redução de 70% nos investimentos para a graduação e de 80% para a pós-graduação,** também trouxe sérios prejuízos para as políticas de permanência estudantil. E para completar esse pacote econômico, no dia 12 de maio o Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (CRUESP) aprovou um **reajuste salarial de 0% para os professores e funcionários das três universidades estaduais paulistas.** A resposta das entidades representativas das duas categorias à intransigência do CRUESP, que até hoje não se dispôs a negociar com os sindicatos um novo reajuste salarial, foi unânime: "enquanto não houver negociações, estaremos **em greve!**"

2. Administração: transparência e democracia

Ao mesmo tempo em que a medida de austeridade proposta por Zago não apresenta mudanças radicais na atual estrutura administrativa da universidade, esse corte orçamentário possui uma

relação direta com as irresponsabilidades que têm sido deliberadamente cometidas nas últimas gestões da reitoria, sobretudo na gestão do ex-reitor, João Grandino Rodas. Não custa lembrar que a administração do Rodas (da qual Zago fez parte enquanto pró-reitor de pesquisa) esteve recheada de escândalos. Só em 2013, o ex-reitor utilizou R\$ 1,3 bilhão das reservas financeiras da USP, de um total de R\$ 3,23 bilhões. Além disso, 167 professores⁶, incluindo o próprio Rodas, foram flagrados recebendo salários acima do teto permitido pela lei – fato que se configurou enquanto um dos motivos para que as contas da universidade fossem reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Não bastassem os supersalários, Rodas também foi responsável por uma ‘significativa contribuição’ ao patrimônio público da universidade, da seguinte forma: adquiriu um navio de R\$ 23 milhões, que está encalhado há seis meses no porto de Santos; autorizou a compra de terrenos milionários (no Brasil e no exterior) e de cancelas (com valor unitário de R\$ 50 mil) para o fechamento dos estacionamentos do campus de São Carlos; aprovou obras e reformas pelos diversos campi da universidade – em sua maioria, questionáveis e não concluídas; fechou os olhos para os problemas ambientais no campus da EACH; e consumiu mais de R\$ 350 milhões para a implantação de um sistema de rede em nuvem e para o desenvolvimento de um projeto experimental de iluminação em LED, em todos os campi⁷.

O cenário aqui apresentado demonstra que, se há uma crise nas universidades estaduais paulistas, **essa crise não é apenas financeira, mas estrutural**. No caso da USP, portanto, a correta caracterização da crise não deve confundir as causas essenciais de sua origem com a forma como esse debate aparece em momentos críticos, como o atual. **Suas raízes residem na saturação de um projeto elitista, antidemocrático, conservador e de privatização da universidade**. Os escândalos da gestão do ex-reitor Rodas foram apenas os detonadores que precipitaram o seu estouro (inclusive midiático), porém sua formação e reprodução atravessam décadas.

Por isso, reforçamos a urgência de **superarmos, de uma vez por todas, a hierarquia e a falta de democracia nas estruturas de poder das universidades**. Na USP, a manutenção de um Estatuto arcaico e burocrático impede que a comunidade universitária participe dos espaços de decisão de forma democrática, com direitos iguais à fala e ao voto. Os órgãos colegiados, sobretudo o Conselho Universitário (Co), reproduzem uma estrutura de poder hierárquica e autoritária, em que a maioria de seus representantes tem relação direta com os próprios gestores da universidade. Ou seja, para além de uma questão ética, é a própria estrutura da universidade que propicia a reprodução (consentida) de irresponsabilidades administrativas, a exemplo do que foi a gestão Rodas. Neste sentido, o debate em torno da reformulação do Estatuto da USP põe em cheque o modelo de eleição dos dirigentes da universidade, que até hoje ocorre de forma indireta e sem paridade nos votos. Essa discussão também põe em relevo a necessidade de

criarmos outros instrumentos que possam garantir a transparência na utilização dos recursos da instituição e a efetiva participação da comunidade universitária nas tomadas de decisão.

3. Privatização x autonomia do conhecimento

É importante compreendermos que **o desmonte das universidades públicas serve basicamente como pretexto para a sua privatização**. Somado a isso, a forma como essas instituições têm se estruturado impede que suas comunidades tenham plena participação nas decisões sobre seus rumos – o que poderia contribuir significativamente para uma profunda transformação do projeto de universidade em curso, bem como para a efetivação de um modelo de gestão universitária realmente amplo, democrático e transparente. **As “parcerias público-privado” têm na privatização o seu principal instrumento de funcionamento**. Diante da insuficiência dos recursos públicos que são destinados às atividades de pesquisa, por exemplo, as Fundações, que há décadas operam no interior das universidades, surgem para captar recursos de outras fontes – em geral, de empresas privadas, que se apropriam do conhecimento produzido através de patentes – e flexibilizar os mecanismos de gestão dessas verbas. Com isso, as Fundações acabam gerenciando não apenas um grande volume de recursos provenientes do Estado, mas também muitos projetos que, em sua maioria, são vinculados estritamente aos interesses do mercado. Dessa forma, colaboram para descaracterizar a função social das universidades públicas, pois não lhes interessam as demandas sociais, assim como qualquer outra pesquisa que não seja financeiramente lucrativa.

Essa lógica privada e mercantil de produção do conhecimento atinge (e subverte) as três funções-chave da universidade, quais sejam: **i)** a pesquisa, que passa a operar sob critérios de produtivismo, meritocracia e com o imperativo da inovação tecnológica de mercado; **ii)** o ensino, uma vez que os currículos e conteúdos programáticos de grande parte dos cursos de graduação são direcionados para uma formação rápida, extremamente técnica e exclusivamente voltada para formar um contingente de mão de obra, muitas vezes barata; **iii)** e a extensão, que ao contrário do que diz os Estatutos das estaduais paulistas, tem servido, quase que exclusivamente, para proporcionar, no interior da universidade pública, uma ampla gama de cursos e consultorias absurdamente caros – ou seja, destinados apenas a quem pode pagar.

No caso dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, esse caráter produtivista tem atingido diversos programas, inclusive o programa de pós-graduação do IAU. Os critérios de seleção e avaliação estabelecidos pelas agências de fomento à pesquisa têm nos delegado a tarefa de produzir cada vez mais, em um curto período de tempo. O encolhimento dos prazos para a realização de qualificações⁸, assim como as orientações que temos recebido para finalizarmos nossas pesquisas de mestrado e doutorado em 2 e 3 anos, respectivamente, se configuram como uma das principais condições para que a nota do nosso programa seja elevada. Essa nota é

concedida, em grande parte, de acordo com uma avaliação (quantitativa) das produções científicas dos pós-graduandos, realizada anualmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com isso, justifica-se que a quantidade de bolsas e auxílios disponíveis para mestrandos e doutorandos depende, exclusivamente, da nossa adesão a esse modelo produtivista do conhecimento científico – que valoriza índices meramente quantitativos, em detrimento da qualidade das pesquisas.

No IAU, o número de bolsas disponíveis para os pós-graduandos é bastante inferior em relação à quantidade de estudantes que ingressam anualmente no programa. Essa situação aponta para a existência de uma questão latente, que precisa ser debatida constantemente entre todos: **a necessidade de se vincular os recursos que são destinados ao desenvolvimento das pesquisas a uma política geral de financiamento da universidade pública.** O método de seleção e avaliação proposto pela CAPES não pode ser tratado como um modelo inquestionável e inviolável. Submeter a produção científica dos pós-graduandos a uma estrutura cada vez mais rígida significa ignorar a diversidade de trabalhos que são desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades públicas.

Muitas das pesquisas do IAU, por exemplo, envolvem a realização de atividades de campo, o desenvolvimento de novas tecnologias arquitetônicas e construtivas ou são realizadas para além do espaço físico da universidade, em conjunto com movimentos sociais. Por isso, esses trabalhos são mais complexos e demorados. Além disso, as agências de fomento à pesquisa não podem descartar o fato de que a pós-graduação também deve fazer parte do compromisso social da universidade pública. Dessa forma, a construção de um modelo de produção do conhecimento científico, que preze por sua qualidade e que se propõe amplo e democrático, pressupõe, acima de qualquer imposição institucional, uma avaliação coletiva e constante de seus objetivos, critérios e financiamentos.

4. Conclusão

Defender o tripé ensino-pesquisa-extensão significa lutar por uma universidade que possa atender às demandas sociais dos trabalhadores brasileiros, para os quais a lógica elitista e privada, que orienta as ações do governo Alckmin, delega apenas o ônus da participação no financiamento das universidades estaduais, sem ao menos garantir-lhes o acesso a uma educação superior pública e de qualidade. O direito à educação, que é um direito humano e universal, só poderá ser efetivado no Brasil se recolocarmos na pauta política a luta por mais investimentos públicos na educação básica e superior.

Neste sentido, é importante considerarmos a bandeira histórica das entidades representativas de funcionários, professores e estudantes, das três universidades estaduais, por **11,6% do ICMS para a educação superior paulista e 10% do PIB para a educação pública.** Com isso, não se

deve excluir o debate sobre o caráter regressivo e injusto do imposto em questão, assim como a necessidade de criação de um imposto progressivo, de taxaço das grandes fortunas e propriedades e que não penalize os mais pobres. Além disso, essa bandeira se associa a outra reivindicaço, exposta anteriormente: a necessidade de mudanças radicais nas estruturas administrativas das universidades do estado de São Paulo, garantindo-se maior transparência na mobilizaço dos recursos e mais democracia nos espaços de decisào.

Também gostaríamos de ressaltar nosso **apoio à greve dos funcionários e docentes das universidades estaduais paulistas**, decorrente do arrocho salarial proposto pelo CRUESP. Acreditamos que esses servidores, que sequer obtiveram a reposiço salarial referente à inflaçào anual, não devem ser penalizados por um problema cujos principais responsáveis ainda foram punidos. Não há justificativas cabíveis para o arrocho salarial, sem que ao menos se tenha clareza da real movimentaçào financeira que tem ocorrido na USP nos últimos anos. Portanto, a **auditoria pública das contas da universidade** faz-se urgente para que o rombo financeiro seja apurado e os verdadeiros responsáveis sejam identificados e devidamente responsabilizados.

Da mesma forma, apoiamos as recentes mobilizaço dos estudantes, das três universidades, uma vez que essas manifestaço têm recolocado na ordem do dia o debate por mais transparência e democracia na universidade pública. A proposta descabida da mídia para tentar solucionar os problemas financeiros da USP, via cobrança de mensalidades, se configura enquanto uma tentativa nefasta de elitizar e privatizar ainda mais a universidade pública, transferindo para os estudantes o pagamento de uma conta que não é nossa. A crise atual, gerada pelo crescente sucateamento da universidade, pela mercantilizaço da educaço e pela reproduço de uma estrutura universitária antidemocrática não pode redundar em mais privatizaço e autoritarismo. Com relaço a isso, nós, pós-graduandos, somos taxativos: **nós não vamos pagar nada!**

Por fim, gostaríamos de demonstrar, com toda a análise elaborada até o momento, que há dois projetos de universidade claramente opostos. De nossa parte, o projeto de universidade que defendemos é totalmente diferente do que tem sido apresentado pelos governos do PSDB e seus aliados. Manter os rumos atuais das universidades estaduais paulistas significa ignorar a urgência de se resolver a crise em curso. **Queremos uma universidade pública, gratuita, de qualidade e democrática, que expresse os anseios mais profundos da classe trabalhadora e dos setores populares da sociedade e que seja construída a partir da base, de forma horizontal. Lutamos por uma universidade política, social, cultural e intelectualmente crítica, que proponha um modelo de educaço criadora, livre, laica e que seja capaz de contribuir com a resoluço dos problemas mais urgentes da nossa sociedade.**

Esse texto é resultado de uma das deliberações da Assembléia dos Estudantes de Pós-Graduação do IAU, realizada no dia 10 de junho, às 13h30min, no saguão do Instituto.

Responsáveis pela redação:

Fausto Moura Breda (Mestrado IAU)

Rafael Goffinet (Mestrado IAU)

Rodolfo J. V. Sertori (Doutorado IAU)

Rodrigo Scheeren (Mestrado IAU)

Notas:

¹ Informação apresentada pelo Prof. Ciro Correia, presidente da Associação dos Docentes da USP (ADUSP), no dia 02 de junho de 2014, durante atividade no Espaço Cultural Capela, da USP de Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2014cs/1967-em-atividade-no-espaco-cultural-capela-na-usp-de-ribeirao-preto-ciro-refuta-alegacoes-do-cruesp>

² Dados extraídos de um documento elaborado pelo Fórum das Seis, do dia 27 de maio de 2014. Nesse documento, a entidade também apresenta todas as alíneas que têm sido descontadas do total de arrecadações anuais do ICMS e que deveriam constar na base de cálculo dos 9,57%, que são repassados às três universidades estaduais paulistas. Disponível em:

http://www.adusp.org.br/files/LDO/2015/carta%20aos%20deputados%2027_05_2014.pdf

³ Informação apresentada pelo Prof. Francisco Miraglia, em matéria publicada no portal da revista Caros Amigos, no dia 18 de março de 2014. In: Caros Amigos (Cotidiano) – “USP: Alckmin poderia resolver crise se cumprisse promessas orçamentárias”. Disponível em:

<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/3968-alckmin-poderia-resolver-crise-da-usp-se-cumprisse-promessas-orcamentarias>

⁴ Informação apresentada pelo Prof. Ciro Correia, disponível no mesmo documento citado no item 1. Outro documento que pode ser consultado, a respeito desse assunto, é uma matéria divulgada pela ADUSP – “Mais um capítulo na sonegação de recursos às universidades”. Neste artigo, a ADUSP demonstra os cálculos que foram feitos para se chegar ao montante dos R\$ 2 bilhões que foram sonegados pelo governo Alckmin, às três universidades estaduais paulistas, durante o período de 2008 a 2013. O documento está disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2014cs/1921-mais-um-capitulo-na-sonegacao>

⁵ Essa informação consta nos demonstrativos orçamentários que são divulgados pela Vice-Reitoria Executiva de Administração da USP. Disponível em: <http://www.vrea.usp.br/files/orc2014-tab-A.pdf>

⁶ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/04/1441230-tribunal-de-contas-diz-que-usp-pagou-acima-do-teto-para-167-professores.shtml>

⁷ Informação apresentada pelo Prof. Carlos Martins, diretor do IAU/USP, durante Assembléia dos Docentes do campus da USP/São Carlos, realizada no dia 04 de junho, no Centro de Tecnologia Educacional para Engenharia (CETEP).

⁸ No dia 04 de junho de 2014 entrou em vigor o novo Regimento da Pós-Graduação do IAU. Os estudantes de pós-graduação do Instituto podem ou não aderir ao novo Regimento. Para aqueles que o fizeram, as inscrições nos exames de qualificação de mestrado e doutorado tiveram seus respectivos prazos reduzidos, se comparados com o Regimento antigo. Os estudantes de mestrado, que tinham até o 21º (contado a partir do início do curso) para realizarem sua inscrição no exame, agora terão até o 18º mês, o que representa uma redução de 3 meses. Já os estudantes de doutorado, que tinham até o 32º mês para se inscreverem no exame, deverão efetuar sua inscrição até o 27º mês, o que significa uma redução de 5 meses.